

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	
	mai/20	jun/20	jun/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/20		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.894.506,76	24.806.532,49	25.854.982,35	24.733.871,26	24.647.765,89	24.555.867,17	42.574.172,56	42.617.262,52	32.748.000,75	25.036.216,51	25.482.434,58	24.244.731,51	342.196.344,35	938.144,39
Pessoal Ativo	20.506.845,64	20.425.480,08	21.494.282,30	20.399.763,82	20.235.481,95	20.209.485,14	36.016.684,44	38.226.353,91	26.275.716,91	20.671.595,18	20.604.822,39	20.475.019,54	285.541.531,30	835.733,97
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.056.348,16	16.963.545,24	18.007.646,48	16.923.493,70	16.775.408,99	16.735.984,02	28.975.551,55	34.705.053,57	22.856.235,50	17.238.355,49	17.174.389,95	17.041.370,92	240.453.383,57	799.179,24
Obrigações patronais	3.450.497,48	3.461.934,84	3.486.635,82	3.476.270,12	3.460.072,96	3.473.501,12	7.041.132,89	3.521.300,34	3.419.481,41	3.433.239,69	3.430.432,44	3.433.648,62	45.088.147,73	36.554,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.387.661,12	4.381.052,41	4.360.700,05	4.334.107,44	4.412.283,94	4.346.382,03	6.557.488,12	4.390.908,61	6.472.283,84	4.364.621,33	4.877.612,19	3.769.711,97	56.654.813,05	102.410,42
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.362.472,23	3.340.501,65	3.310.922,32	3.302.434,11	3.337.299,74	3.313.800,07	4.997.594,63	3.351.908,20	4.931.145,57	3.343.241,90	3.320.438,01	3.274.230,50	43.185.988,93	97.410,42
Pensões	1.025.188,89	1.040.550,76	1.049.777,73	1.031.673,33	1.074.984,20	1.032.581,96	1.559.893,49	1.039.000,41	1.541.138,27	1.021.379,43	1.557.174,18	495.481,47	13.468.824,12	5.000,00
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contrato de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.387.855,78	4.404.562,02	4.361.297,38	4.380.353,75	4.497.914,11	4.387.819,90	6.568.617,45	4.969.938,38	6.473.347,71	4.364.637,87	4.921.454,07	3.772.321,15	57.490.119,57	116.065,03
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	194,66	23.509,61	597,33	46.246,31	85.630,17	41.437,87	11.129,33	2.052.681,65	1.063,87	16,54	43.841,88	2.609,18	2.308.958,40	13.654,61
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	4.387.661,12	4.381.052,41	4.360.700,05	4.334.107,44	4.412.283,94	4.346.382,03	6.557.488,12	2.917.256,73	6.472.283,84	4.364.621,33	4.877.612,19	3.769.711,97	55.181.161,17	102.410,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	20.506.650,98	20.401.970,47	21.493.684,97	20.353.517,51	20.149.851,78	20.168.047,27	36.005.555,11	37.647.324,14	26.274.653,04	20.671.578,64	20.560.980,51	20.472.410,38	284.706.224,78	822.079,36
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	285.528.304,14													
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	418.167.455,68													
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 X VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	397.259.082,90													
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 X VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	376.350.710,12													
% SOBRE A RCL AJUSTADA														
0,037421%														
0,054804%														
0,052064%														
0,049324%														

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 24/05/2021 às 16h e 00min.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

Carla Lustosa Pinto da Silva
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Catiuscia Dantas Abreu Oliveira
Coordenadoria de Auditoria Interna

De acordo.

Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Raimundo de Campos Vieira
Diretor-Geral

De acordo.

Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. Roberto Maynard Frank
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2020 A ABRIL DE 2021

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				343.134.488,74	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				57.606.184,60	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				285.528.304,14	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,037421%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,054961%	419.365.402,74
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,054906%	418.945.739,76
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,054804%	418.167.455,68
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-
				-	-

1) Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

2) Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

3) Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho